

Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia

ATA DA 4ª (QUARTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO E 1 CONSULTIVO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, 2 ARTÍSTICO E CULTURAL DE UBERLÂNDIA. No dia vinte e dois do mês de agosto 3 4 de 2012 (dois mil e doze), às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos), na Sala de Reuniões 5 da Casa de Cultura, estiveram presentes nesta reunião os seguintes conselheiros que assinarão a ata a seguir: Gleper Neto de Siqueira Junior – conselheiro Titular, assessor da Secretaria 6 Municipal de Administração, Greiceana Marques Dias de Morais - conselheira Titular, 7 8 coordenadora do núcleo de equipamentos públicos/Secretaria Municipal de Planejamento 9 Urbano, Omar Felipe Lelis – conselheiro Titular, engenheiro representando a Associação dos engenheiros, arquitetos e agrônomos, Olga Helena da Costa - conselheira Titular, 10 11 representando a comunidade, Thais Tormin Arantes – conselheira Titular, diretora do Museu 12 Municipal/Secretaria Municipal de Cultura, Clarice Costa Ferreira - conselheira Titular, representando a comunidade, Rosa Maria Marra - conselheira suplente, assessora da 13 Secretaria Municipal de Cultura, Maria Regina Guedes Bernardes – conselheira Titular, 14 representando a comunidade, Viviane Starling de Freitas – conselheira Titular, assessora da 15 16 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Jakeline Pereira 17 Nascimento – conselheira Titular, coordenadora do núcleo de Arborização e Paisagismo/Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Daniel Gervásio Bernardes -18 19 conselheiro Titular, arquiteto representante do IAB, Valéria Maria Queiroz Cavalcante 20 Lopes – conselheira Titular, diretora de Memória e Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal 21 de Cultura. Esteve presente nesta reunião a visitante Lindalva Ferreira de Freitas. 22 Verificado haver quórum regimental com a presença de 12 (doze) conselheiros, esta reunião, 23 prevista em calendário anual aprovado no início do ano, e em conformidade com a pauta pré 24 estabelecida recebida por eles com antecedência de 72 horas via email, foi iniciada. A conselheira Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes justificou a ausência da Presidenta 25 26 Mônica Debs Diniz e apresentou as novas conselheiras Clarice Costa Ferreira e Maria 27 Regina Guedes Bernardes que irão representar a comunidade. Em seguida, passou-se aos



29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia

pontos de pauta pré-estabelecidos para esta reunião, sendo os seguintes: Primeiro: Informes; Segundo: Leitura e aprovação de Ata; Terceiro: Assinatura do Termo de Posse; Quarto: Deliberações gerais das atividades da Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico para atender à Deliberação do IEPHA; Quinto: Deliberação sobre solicitação de pintura da Igreja Nossa Senhora das Dores; Sexto: Apresentação do parecer sobre o Tombamento da Estação Ferroviária no bairro Custódio Pereira. A conselheira Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes informou aos conselheiros sobre a casa de propriedade de Dona Adélia, bem inventariado, localizada na Rua Augusto César, número 101(cento e um), que foi demolida sem que tivesse havido nenhuma comunicação ou solicitação ao Conselho. Não restou nenhum vestígio da construção, pois, segundo informações, de repente, e parecendo ser de forma combinada, os interessados foram carregando os materiais da casa, ficando somente parte dos tijolos que formavam o alicerce. A conselheira salientou que a edificação não era tombada mas fazia parte dos imóveis do Fundinho com interesse de preservação e que estava inventariada. O segundo informe foi sobre a Estação Sobradinho, bem tombado, construído entre os anos de 1896(mil oitocentos e noventa e seis) e 1897(mil oitocentos e noventa e sete), que está situada dentro de uma propriedade rural. A conselheira Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes informou que teve notícia por meio dos familiares do proprietário da fazenda, na qual está localizada a Estação, de que o mesmo estaria doente e não responderia mais legalmente pelos negócios e quem está a frente da propriedade é sua filha. Todas as vezes que precisamos visitar o prédio é necessário pedir autorização e solicitar que o cadeado da porteira fique aberto, coisa que nem sempre acontece. O estado em que se encontra o prédio é preocupante, pois já houve o desmoronamento da fachada posterior e algumas trincas comprometem a integridade do restante da edificação. Diante dessa situação, o jurídico notificou o proprietário da fazenda que alegou não ter condições financeiras de restaurar o bem. Foi solicitado então que ele apresentasse seu Imposto de Renda como forma de comprovar a falta de recursos e a documentação está sendo analisada. A Secretaria de Cultura está tomando as providências que legalmente são possíveis e, recentemente, foi



56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia

encontrado nos arquivos da Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico uma documentação datada do final dos anos de 1989(mil novecentos e oitenta e nove), na qual, o bem foi declarado de Utilidade Pública e estava sendo solicitada a desapropriação do imóvel. O processo não foi concluído tendo em vista que o Município não pode desapropriar bem da União, dessa forma, criou-se um impasse no sentido de ter certeza quanto à propriedade do imóvel, pois, não sabemos se o proprietário da fazenda adquiriu esta área, uma vez que nessa documentação de 1989(mil novecentos e oitenta e nove), a Secretária de Cultura daquela gestão, Dona Terezinha Aparecida Magalhães de Lima, encaminhou à FEPASA ofício solicitando esclarecimentos quanto aos limites da propriedade onde se situa a referida Estação, juntamente com a solicitação de doação do imóvel ao Município, ao que a FEPASA respondeu, no ano seguinte, com um ofício contendo a planta da Estação e os limites. A conselheira Thais Tormin Arantes informou que, em determinados momentos, aconteceram leilões dos prédios das estações da antiga Mogiana e alguns foram adquiridos por particulares, porém com relação a Estação de Sobradinho não se tem conhecimento da escritura e nenhuma confirmação com relação a compra. No mês de agosto, a conselheira Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes e Thais Tormin Arantes fizeram uma visita ao prédio da Estação e, posteriormente, foi enviado novo relatório ao Superintendente do IPHAN em Minas Gerais e estamos aguardando resposta, visto que, por telefone, não foi possível conversar com os responsáveis. A conselheira Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes salientou que, caso Sobradinho fosse de propriedade da extinta Rede Ferroviária Federal o processo de tombamento estaria incorreto, pois na época do tombamento a notificação foi encaminhada para o proprietário da fazenda. A conselheira sugeriu então que o Conselho tomasse uma posição quanto a essa situação, reavaliando o tombamento ou solicitando a regularização do processo. A conselheira Thais Tormin Arantes sugeriu que se notifique o proprietário da fazenda para que ele apresente, em prazo determinado, a escritura da fazenda com averbação de compra dessa área relativa ao prédio da Estação para que possamos ter a certeza da regularidade do processo e que a notificação tenha sido encaminhada à pessoa correta por



83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96 97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107108

Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia

ocasião do tombamento em 2006(dois mil e seis). A conselheira Clarice Costa Ferreira afirmou que, se o bem é tombado, deve haver algum respaldo jurídico para se adentrar na propriedade. O conselheiro Daniel Gervásio Bernardes concordou com a sugestão da conselheira Thais Tormin Arantes afirmando ser pertinente. A conselheira Viviane Starling de Freitas salientou que acredita não haver sentido o tombamento da Estação Sobradinho ao que a conselheira Rosa Maria Marra concordou e reiterou que se deve repensar o tombamento devido à localização e as condições físicas do imóvel e acredita que este não tem função social. Acrescentou ainda que não há como restaurar a parte que caiu por não haver verba suficiente. O conselheiro Daniel Gervásio Bernardes reafirmou que deve-se verificar quem seria o real proprietário do bem antes de se decidir pelo destombamento. A conselheira Thais Tormin Arantes afirmou ainda que deve-se pensar que a Estação faz parte da memória ferroviária e levar em conta que ela foi de grande importância para o progresso da cidade. O conselheiro Daniel Gervásio Bernardes reiterou que deve-se esgotar todas as possibilidades antes de se optar pelo destombamento do referido imóvel. O conselheiro Gleper Neto de Siqueira acrescentou que essa discussão é uma questão também de credibilidade do Conselho. A conselheira Olga Helena da Costa lembrou que a Estação foi considerada de Utilidade Pública. A conselheira Thais Tormin Arantes sugeriu que seja enviada documentação jurídica ao proprietário da fazenda, determinando que ele apresente escritura ou documento de propriedade desta área na qual está localizada a Estação Sobradinho e também ao IPHAN e IEPHA para que eles nos orientem sobre as pendências do processo. Fez-se então uma votação para decidir se o Conselho optaria pelo destombamento do bem ou se decidiria pelo envio de documentação jurídica ao proprietário da fazenda para que ele apresente documentação que comprove a propriedade da área da Estação Sobradinho e também ofícios ao IPHAN e IEPHA para que se certifiquem sobre a propriedade do imóvel, esgotando assim, todas as possibilidades de regularização do processo, antes de se tomar qualquer decisão definitiva. Houve a votação e, por 10(dez) votos a favor e 01(hum) contrário, ficou deliberado que o Conselho não aprova o



110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia

Destombamento e irá solicitar ao jurídico as providências acima mencionadas, pois, o Conselho considera que deve-se apostar na regularização do processo, esgotando-se, assim, todas as possibilidades jurídicas antes de se fazer qualquer outra deliberação. Pedindo a palavra, o conselheiro Gleper Neto de Siqueira solicitou ter acesso ao dossiê de Tombamento da Estação Sobradinho e a conselheira Rosa Maria Marra questionou as causas de tal Estação ter sido considerada de Utilidade Pública. A conselheira Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes esclareceu que era necessário, pois, segundo informações do setor jurídico, um bem para ser desapropriado tem que ter sido considerado, anteriormente, de Utilidade Pública e reafirmou a necessidade de se fazer uma pesquisa detalhada a respeito Em seguida, passou -se ao segundo ponto de pauta e, após a leitura, os conselheiros aprovaram a Ata da 3a(terceira) Reunião Ordinária deste Conselho. No terceiro ponto de pauta, as novas conselheiras assinaram o Termo de Posse. Passando-se então ao quarto ponto, a conselheira Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes informou ao Conselho sobre a Deliberação 02/2012(dois de dois mil e doze) do IEPHA nos artigos em que solicita Ata do Conselho para comprovação de participação da Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico nas reuniões, dentre outros assuntos. Desta forma, fica registrado nesta Ata que a servidora Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes é a Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico, é membro deste Conselho e participa regularmente das reuniões. Este Conselho aprova também o Plano de Atualização e Divulgação do Inventário encaminhado ao IEPHA, assim como a sua execução. O Conselho aprova também o Relatório de Investimentos em Atividades Culturais realizadas pela Secretaria Municipal de Cultura, ou seja, as atividades nas áreas de artes visuais, artes plásticas, artes gráficas, artes musicais, literatura, festas folclóricas ou tradicionais, artesanato local ou tradicional, culinária tradicional, museus, arquivos com acesso público e bibliotecas. Outra solicitação apresentada pelo IEPHA diz respeito ao Plano de Aplicação do retorno do ICMS Cultural, no qual o COMPHAC deverá deliberar sobre, no mínimo de 50%(cinquenta porcento), do valor. O Conselho deliberou que este valor, relativo aos 50%(cinquenta porcento) do retorno do



137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia

ICMS, deverá ser investido na reforma do telhado do prédio do Mercado Municipal, tendo em vista os problemas de goteiras e infiltrações recorrentes. E também, o serviço de conservação do sistema de alarme do prédio da Oficina Cultural (para proteção deste prédio que está localizado na área central da cidade e exposto a riscos e danos patrimoniais). Ainda será utilizado na elaboração de projetos elétrico e hidráulico do referido bem, tendo em vista a necessidade de consertos e conservação da rede elétrica do prédio, uma vez que o imóvel é antigo e sua estrutura exige reparos constantes. Esta verba ainda ser revertida em projeto de prevenção de incêndio de todos os prédios públicos tombados pois, são prédios antigos e a prevenção de incêndio assegura a sua integridade e preservação e, finalmente, fica deliberado a compra de tintas e outros materiais necessários para pintura e conservação do prédio da Biblioteca Pública pois, devido a ação das intempéries do tempo, a sua pintura está desgastada, descorada e necessitando de conservação. Passado ao quinto ponto de pauta, o Conselho analisou o ofício encaminhado pelo padre da Paróquia Nossa Senhora das Dores, senhor Edvaldo Pereira de Sousa, no qual ele solicita autorização para refazer a pintura da Igreja Nossa Senhora das Dores. O Conselho deliberou favoravelmente à solicitação para a pintura da referida Igreja, pois este é um trabalho de manutenção do bem e no ofício foi informado que será mantida a cor original e que nenhuma alteração será feita. Na sequência, o sexto, e último ponto de pauta, a conselheira Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes fez a leitura da Decisão Administrativa PGM nº 3029/2009(três mil e vinte nove de dois mil e nove), publicada no Diário Oficial do dia 14 (quatorze) de agosto de 2012 (dois mil e doze) sobre a decisão do Excelentíssimo Senhor Prefeito pelo não tombamento da Estação Ferroviária do bairro Custódio Pereira, onde constam argumentos para sustentar a decisão. O conselheiro **Daniel Gervásio Bernardes** sugeriu que os conselheiros fizessem uma visita à referida Estação para analisar melhor a situação. A conselheira Clarice Costa Ferreira ressaltou a importância dessa Ferrovia no que tange o desenvolvimento da cidade e que, portanto, é preciso ter em conta que ela tem um grande valor histórico. A conselheira



Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia

163	Greiceana Marques Dias de Morais fez um paralelo comparando os processos de
164	tombamento dos dois prédios, ou seja, da Estação de Sobradinho e o outro do Custódio
165	Pereira, sendo que este último representa o momento de nova proposta arquitetônica e a
166	conselheira considera que é importante o seu tombamento tendo em vista que, no futuro
167	poderemos nos deparar com um problema semelhante ao de Sobradinho, ou seja, abandono e
168	falta de manutenção. Assim sendo, os conselheiros deliberaram que farão uma visita ao
169	local para verificar o estado de conservação do bem e que, de acordo com a Le
170	Municipal nº 10.662(dez mil seiscentos e sessenta e dois), de 13(treze) de dezembro de
171	2010(dois mil e dez), artigo 24(vinte e quatro), §5°(parágrafo quinto), irá solicitar ac
172	Excelentíssimo Senhor Prefeito a reconsideração de sua decisão sobre o não
173	Tombamento da Estação. Todos os conselheiros assinaram a Decisão Administrativa
174	enviada pelo Executivo com a data do dia em que tomaram ciência da decisão, ou seja, na
175	ocasião desta mesma reunião, dia 22/08/2012(vinte e dois de agosto de dois mil e doze). Nada
176	mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata que vai assinada por mim, Juliana
177	Vittorazze Schroden de Paiva, que a redigiu e lavrou, pelo Presidente que dirigiu os
178	trabalhos e pelos que estiveram presentes na qualidade de conselheiros e participantes da
179	reunião.Uberlândia, 22 de agosto de 2012(vinte e dois de agosto de dois mil e doze)
180	Juliana Vittorazze Schroden de Paiva,
181	Valeria Maria Queiroz Cavalcante Lopes
182	Gleper Neto de Siqueira Junior, Greiceana Marques Dias de
183	Morais, Omar Felipe Lelis,
184	Olga Helena da Costa, Thais Tormin Arantes,
185	Clarice Costa Ferreira, Rosa Maria Marra
186	, Maria Regina Guedes Bernardes,
187	Viviane Starling de Freitas, Jakeline Pereira Nascimento
188	, Daniel Gervásio Bernardes,
189	Lindalva Ferreira de Freitas